

CONSTITUINTE

# Mais poder para o Legislativo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O Poder Legislativo ampliou substancialmente seus poderes com o que já foi aprovado pela Assembleia Constituinte. Nesses artigos já aprovados uma primeira análise mostra que o Congresso poderá fazer pelo menos 22 coisas que antes não podia, que oscilam desde a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União até a sustação de pagamento da despesa do governo federal.

Esse aumento de poder decorre de uma fonte principal: o fato de os constituintes terem outorgado mais prerrogativas ao Legislativo, reduzindo ao mesmo tempo as do Executivo.

Quando a nova Constituição entrar em vigor terá desaparecido a figura do decreto-lei, uma medida discricionária muito utilizada nos últimos anos pelo governo federal, cujo mérito só podia ser apreciado pelo Congresso em tempo exíguo e, mesmo assim, podendo esse poder apenas acatar ou rejeitar a medida. No caso de rejeição não ocorria a nulidade dos atos praticados desde o início de sua vigência.

No lugar do decreto-lei vigorarão as medidas provisórias que, embora com vigência imediata, os atos praticados poderão ser anulados, caso o Congresso

venha a rejeitá-las. O prazo de apreciação das medidas também é exíguo (trinta dias), porém, com uma enorme diferença: se nesse período elas não forem convertidas em lei, perderão sua eficácia.

Também não haverá mais decurso de prazo para a execução do orçamento da União. A sessão legislativa não entrará em recesso até a votação do projeto de lei orçamentária. Durante o trâmite do projeto poderá o Legislativo alterá-lo através de emendas.

Se o Executivo perdeu, já o Congresso Nacional ganhou, entre outras as seguintes prerrogativas: apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, sustar atos normativos do governo federal que exorbitem do poder regulamentar, aprovar as iniciativas do governo referentes a atividades nucleares, autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas, além de dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações (ver quadro).

As inovações são, na opinião do deputado José Serra (PMDB/SP) — um dos constituintes que mais se dedicou à sua elaboração e aprovação —, em alguns casos "revolucionárias", porque retiram o poder decisório e autoritário do

NOVA CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO ATUAL
Prevê plano plurianual que estabelecerá diretrizes, objetivos e metas para distribuição dos investimentos e outras despesas de lei decorrentes.	Prevê orçamento plurianual de investimentos na forma prevista em lei complementar.
Prevê uma lei de diretrizes orçamentárias que: a) orientará e definirá as metas e prioridades do plano plurianual para o exercício subsequente; b) orientará a elaboração orçamentária; c) disporá sobre alterações da legislação tributária; d) estabelecerá a política de aplicação das agências oficiais de fomento; e) autorizará a criação de cargos e de carreiras, concessão e vantagens ao funcionalismo, bem como contratação de pessoal.	Não prevê esta lei.
A lei orçamentária compreenderá três orçamentos: o fiscal, o de investimentos das empresas estatais e o da seguridade social, bem como dos entes da administração indireta, fundos e fundações globais.	A lei do orçamento compreende somente os recursos alocados no orçamento da administração direta. As despesas da administração indireta são incluídas em dotações globais.
As emendas ao projeto de lei do orçamento somente poderão ser aprovadas se: a) relacionadas com investimentos e as despesas delas decorrentes; b) compatíveis com a lei de diretrizes e plano plurianual; c) indicados os recursos necessários (anulação de despesas ou operações de crédito); e d) destinados à rejeição de parte do projeto.	Não é objeto de deliberação o emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise modificar-lhe o montante, natureza ou objetivo.

Executivo, obrigando-o a negociar com o Legislativo.

E o que ocorre, por exemplo, com a possibilidade de o Congresso emendar o projeto de lei orçamentária. Serra explicou que, pela redação da atual Constituição o projeto é encaminhado ao Legislativo para mera autenticação, porque não se permite modificação de qualquer natureza, e na hipótese de não ser apreciado o projeto será promulgado como lei.

O novo texto, disse, devolve as prerrogativas ao Congresso para análise e alteração do projeto, como ocorria antes de 1967.

O mesmo ocorre com a extinção do decreto-lei. Antes, o governo, em situações de urgência, precisando atuar com rapidez e eficiência, baixava o decreto-lei. Não havia a possibilidade de o Legislativo discordar da importância ou da urgência. Nas medidas provisórias, se o governo quiser que sua decisão seja mantida terá de negociar com o Legislativo, afirmou Serra.

Em relação ao orçamento, o deputado paulista o considera o mais "enxuto". Serão seis artigos que vão mudar a maneira de se tratar das finanças públicas no Brasil", afirmou.

O plano plurianual a ser apreciado pelo Congresso deverá ser estabelecido em metas físicas. Na prática, explicou, a nova regra é um avanço diante do orçamento plurianual de investimentos vigente (ver quadro), que estabelece dotações financeiras que se desatualizam em decorrência do processo inflacionário, inviabilizando a compatibilização do orçamento anual com o orçamento plurianual.

O projeto constitucional prevê prazo de vigência para o plano plurianual correspondente ao período de mandato do governo. "Tem vigência de um ano após a

posse do governo, para dar tempo adequado para elaboração do plano, até o final do mandato subsequente, para possibilitar compatibilização com o último orçamento apresentado pela administração, o que minorará a descontinuidade administrativa entre governos".

A mudança na elaboração dos orçamentos, que se dividiram em três, fiscal, das estatais e da seguridade social, permitirá que todos os gastos públicos sejam submetidos à apreciação do Legislativo, disse.

Segundo Serra, dessa apreciação serão excluídas apenas as despesas de custeio das empresas públicas, "que necessitam de flexibilidade para atuação no setor produtivo". Porém, o projeto veda, durante a execução orçamentária, a destinação de recursos orçamentários para cobrir déficit dessas empresas e fundações, sem prévia autorização do Congresso.

De acordo com a Constituição atual os recursos da administração indireta são incluídos no orçamento através de dotações globais. "Com isso, dá-se hoje excessiva flexibilidade aos órgãos da administração indireta e impossibilita-se a análise, pelo poder Legislativo, em consequência da insuficiência do detalhamento apresentado na proposta orçamentária", justificou Serra.

## Ordem Econômica ainda sem acordo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

"Não há nada de concreto." Esta foi a frase mais pronunciada na sexta-feira por constituintes encarregados pelos seus partidos de negociarem um acordo sobre o título da ordem econômica e financeira.

As reuniões até agora realizadas entre os partidos e grupos suprapartidários têm como objetivo "analisar artigo por artigo e identificar os pontos de estrangulamento entre os dois grupos", afirmou o deputado José Lins (PDS/CE), um dos negociadores do "Centrão". Esses dois grupos estão divi-

ditos entre o projeto da Sistematização — defendido pelos partidos de esquerda e pela liderança do PMDB — e o projeto substitutivo do "Centrão", que tem o apoio dos constituintes mais conservadores.

Até sexta-feira, os constituintes não haviam chegado a um acordo sobre os temas mais polêmicos do capítulo, onde estão os artigos referentes à definição de empresa nacional, nacionalização da mineração e da distribuição do petróleo e a realização de contratos de risco.

Para o senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos principais negociadores de seu partido, a defini-

ção da empresa nacional está difícil no próprio PMDB, já que o "Centrão" é composto por muitos constituintes do partido.

Além das divergências entre os constituintes, a forte atuação de "lobistas" tem dificultado as negociações, afirmou Lins. Nos últimos dias, os corredores do prédio do Congresso foram invadidos por cartazes, adesivos e "lobistas" que tentam convencer os parlamentares a votar de acordo com os seus interesses. Para Lins, essa é uma atividade normal que, porém, está passando dos limites.

Na opinião do deputado Ronaldo César Coelho

(PFL/RJ), o acordo virá até a próxima terça-feira, quando está previsto o início da votação do título. A definição de empresa nacional — questão tida pelos constituintes como ponto central das divergências — na opinião do deputado deverá manter a estrutura proposta pelo "Centrão", que distingue a empresa nacional, para efeitos de estímulos e incentivos e não discrimina a nacional. O texto da Sistematização é muito restritivo quanto ao conceito do que seja empresa nacional e admite a empresa estrangeira somente quando a sua instalação for do interesse nacional, disse César Coelho.

## "Um grande avanço para os trabalhadores"

por Valério Fabris de Florianópolis

Milton Fett, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), disse na última sexta-feira a este jornal que acredita na prevalência de uma posição moderada dos constituintes quanto ao tema da ordem econômica e financeira, cujo início de votação está previsto para o próximo dia 26. "Os resultados dos trabalhos dos constituintes têm mostrado, até agora, muitos avanços, como aqueles do capítulo da ordem social. Mas o que prevalece, porém, é a hegemonia centrista", disse Fett.

O presidente da FIESC (entidade que, através de sessenta sindicatos, representa um universo de cerca de 1,8 mil empresas do sétimo estado mais industrializado do País) acha que não deve haver a preocupação de se acelerarem os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. "O mais importante é que as lideranças políticas cheguem a um bom acordo", afirmou Fett.

Ele acha que a única nota a macular os trabalhos dos constituintes é a ausência de parlamentares, que foi motivo de decisão da Mesa da Assembleia de se instituir uma penalidade para os deputados e senadores que faltem, sem justificativa, a quatro sessões — o desconto de CZ\$ 25 mil por dia em seus vencimentos.

"Um balanço da Constituinte mostra que a maioria centrista tem imposto o seu pensamento. Basta lembrar que predominaram o presidencialismo, como sistema de governo, os cinco anos de mandato, que certamente também valerão para o presidente Sarney. Com tudo isso, teremos uma Constituição que dará um grande salto, sobretudo no capítulo da ordem social — a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, o adicional de 30% para os salários de férias, a ampliação da licença maternidade de 90 para 120 dias, e assim por diante."

Fett procura argumentar que seria preferível que muitas das questões que formam objeto de decisão da Assembleia Constituinte ficassem por conta das livres negociações entre patrões e empregados, tendo em vista as peculiaridades regionais e as especificidades de cada setor da economia.

De qualquer forma, reconhece que os ganhos para os "parceiros" trabalhadores representam uma atualização da massa de benefícios concedida por Getúlio Vargas em 1943. O presidente da FIESC diz que o capítulo da ordem social confere uma modernidade ao capitalismo brasileiro, cujo cerne, porém, é a manutenção do regime da livre iniciativa econômica.

O líder empresarial de Santa Catarina está confiante em que, ao final das negociações acerca do capítulo da ordem econômica estarão garantidas a livre competição da comercialização dos derivados de petróleo, a caracterização



Milton Fett

de empresa nacional como aquela em que o capital majoritário é de brasileiros, o pagamento imediato das terras ociosas desapropriadas para fins de reforma agrária. "A extrema esquerda tem sido seguidamente derrotada porque o Congresso Constituinte é, como a sociedade brasileira, majoritariamente moderado", aduziu Fett.

Ele entende que, se de um lado houve avanços nas relações entre o capital e o trabalho, do outro torna-se imprescindível um novo relacionamento entre o Estado e a sociedade. "O ponto central da crise brasileira é a desorganização do setor público."

Uma tarefa inadiável é a privatização de uma grande número de companhias estatais, habituadas a resolver seus problemas de ineficiência recorrendo aos cofres públicos. A principal causa da inflação é o déficit público. A excessiva estatização da economia tem como reflexos um centralismo nas decisões governamentais, uma constante elevação da carga tributária para financiar os déficits de governo e o inchaço no funcionalismo em todos os níveis políticos.

A rearrumação do Estado compreende, a seu ver, uma nova moldura também na repartição dos recursos entre a União, estados e municípios. "Além dos ganhos são inquestionáveis."

A partir das definições no capítulo do sistema tributário, devemos concluir que governadores e prefeitos não deverão mais recorrer a Brasília para fechar seus orçamentos.

Vamos esperar que, das vitórias obtidas por estados e municípios, surja uma postura de maior responsabilidade e autonomia de governadores e prefeitos", disse Fett.

BRIZOLA — O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, comentou na sexta-feira a arguição de inconstitucionalidade da CPI que investiga o intermediação irregular de verbas do governo federal, assinalando que há erro na avaliação do assunto. Para ele, o trabalho da CPI é "importante" e precisa prosseguir "para o completo esclarecimento dos fatos". No entanto, frisou, "é preciso olhar na direção certa. Não adianta condenar apenas quem redigiu os decretos agora discutíveis. É preciso também responsabilizar quem os assinou, determinando que entrassem em vigor".

PMDB

## Novo partido pode sair em maio

por Cecília Pires de Brasília

O novo partido de tendência social democrata deverá ser colocado nas ruas pelos dissidentes do PMDB nas próximas semanas, assim que a Constituinte votar o mandato do presidente José Sarney, ou até antes, se o PMDB votar algum dispositivo que contrarie frontalmente o programa do partido ou os compromissos com a população. Prazos, datas e o manifesto já estão sendo estabelecidos, a partir do momento em que o texto do projeto que regulamenta as eleições municipais, aprovado por acordo das lideranças na Câmara, estipulou o dia 14 de junho como a data-limite para o pedido de registro de novos partidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Se quiser concorrer às eleições deste ano, portanto, o novo partido tem de estar formalizado antes dessa data, para que possa participar das convenções partidárias, em 15 de julho. Nesse intervalo de tempo, entre o registro no TRE e as convenções, os dissidentes terão de se apressar para fazer as filiações, cujo prazo estipulado pelo projeto termina no dia 14 de julho.

Para cumprir esses prazos, que já são apertados, os "históricos" consideram inútil a disputa com os conservadores pela hegemonia do PMDB, na convenção do partido, marcada para o dia 5 de junho. "Não deviamos nem disputar", vem repetindo o senador José Richa (PMDB-PR), nos últimos dias. Um levantamento, mostrando que a convenção terá a maioria dos convencionais de posições conservadoras, foi elaborado, demonstrando que os "históricos" perderiam a disputa; não é isso, porém, que os dissidentes estão levando em conta. Não adiantaria fazer maioria na executiva agora, consideram parlamentares do grupo, quando os conservadores do partido já definiram as regras do jogo na Constituinte.

"O desempenho dos conservadores foi fundamental na Constituinte e, agora, seria até do interesse deste grupo abrir mão de cargos na Executiva para os progressistas, para que o partido fique com um dis-

## Ibsen propõe um novo programa

por Flávio Porcella de Porto Alegre

O líder da bancada do PMDB na Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, defendeu na sexta-feira a discussão do novo programa do partido na convenção nacional marcada para o dia 5 de junho. O parlamentar gaúcho acha que o atual programa partidário se esgota com a promulgação da nova Constituição. "Chegou a hora do PMDB pensar no seu futuro. Não somos mais uma frente, reunindo os mais variados setores e conotações ideológicas, que tinham como ponto comum a restauração da democracia e a elaboração da nova Carta Constitucional", disse Ibsen Pinheiro no sexta-feira a este jornal.

O novo programa, segundo o parlamentar gaúcho, deve ser "moderno, avançado e com definições claras sobre temas sociais e trabalhistas". Mais do que um programa partidário, o conjunto de definições ideológicas que Ibsen Pinheiro quer ver aprovada na convenção do PMDB vai servir

para reformular o partido, recomodando forças e tendências. "Quem concordar fica, quem discordar naturalmente vai sair", disse ele.

"Por que romper com os que não pensam como nós, se podemos nos afastar deles naturalmente? Claro que os conservadores não permanecerão em um partido com idéias avançadas e claras preocupações sociais", afirmou o líder do PMDB na Câmara Federal. Esta seria a forma de afastar o setor progressista do PMDB do governo Sarney e de outros setores que aderiram ao partido quando era inevitável sua chegada ao poder.

Ibsen Pinheiro classificou de "inútil e com mínimos efeitos" uma decisão de romper com o presidente José Sarney, com ministros de seu governo e com setores conservadores do partido. Ele acha que, melhor do que o rompimento, será o afastamento gradual entre setores que inevitavelmente não combinam.

"Um programa sólido, com posições claras e definidas so-

bre temas sociais e questões trabalhista dirá quem é o PMDB. Quem não pensar de acordo com este programa naturalmente sairá", enfatizou. O parlamentar gaúcho é muito ligado ao presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães. Ele não fala por Ulysses, mas quando defende posições, em geral, são posições também defendidas pelo presidente da Constituinte. No mesmo dia almoçaram em Porto Alegre na ala residencial do Palácio Piratini o governador Pedro Simon e o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira. Os dois também são fortes aliados de Ulysses Guimarães e, conforme informações obtidas por este jornal, durante o almoço, ao qual a imprensa não teve acesso, discutiram temas políticos do momento. E aí se incluí a proposta do deputado Ibsen Pinheiro de elaborar o novo programa como forma de afastar o PMDB do presidente Sarney e do setor conservador que hoje está no partido.

ção do novo partido. E que, até sexta-feira, não foi alcançado um acordo entre as lideranças dos partidos na Câmara para o projeto que regulamenta a propaganda eleitoral destas eleições. Se o acordo demorar, retardando a votação do projeto que normaliza as eleições, já aprovado pelas lideranças, todos estes prazos do próprio projeto inviabilizariam a nova sigla.

"O PFL quer reduzir o período de propaganda, de sessenta dias para trinta, e o tempo diário, de duas horas para apenas uma", diz Scalco. "Por que o PFL está brigando pela diminuição do horário, se já tem este período consagrado?", indaga o deputado.

O relator da matéria, deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, ofereceu na sexta-feira às lideranças um texto contendo propostas intermediárias, para facilitar o acordo. Neste texto, Ibsen propõe "ao invés de 60 ou 30 dias de propaganda em rádio e TV, 45 dias e, ao invés

de duas horas diárias, ou uma, noventa minutos, divididos em dois blocos. O primeiro deles, de 45 minutos, deverá ser veiculado à noite, entre 20 e 23 horas", conta Ibsen.

Os pequenos partidos serão prejudicados com essa proposta, pois seu tempo diminuirá. O deputado Euclides Scalco acha, entretanto, que isso é uma falsa discussão. "No caso de eleições municipais, a propaganda de TV favorece apenas as capitais e algumas cidades, pois a maioria dos municípios não tem redes de TV locais. Não é um projeto de interesse de todos os candidatos e de todos os municípios", explica.

Um integrante dos "históricos" teme ainda que esta discussão sobre a propaganda eleitoral seja uma estratégia, incentivada pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para retardar a votação do projeto que regulamenta as eleições e inviabilizar a criação de um novo partido.